



Tribunal Regional Eleitoral
do Maranhão



PLANO ESTRATÉGICO

2015 — 2020



Tribunal Regional Eleitoral
do Maranhão

Composição do Pleno

Desembargadores Eleitorais:

Antonio Guerreiro Junior
Presidente

Lourival de Jesus Serejo Sousa
Vice-Presidente / Corregedor Regional Eleitoral

Membros

Clodomir Sebastião Reis
Diretor da EJE-MA

José Eulálio Figueiredo de Almeida
Ouvidor

Alice de Sousa Rocha

Eduardo José Leal Moreira

Daniel de Faria Jerônimo Leite

Procurador Regional Eleitoral
Dr. Régis Richael Primo da Silva

SUMÁRIO

Apresentação.....	05
Metodologia.....	06
I – Diretrizes Institucionais.....	07
1. Missão.....	07
2. Visão.....	07
3. Atributos de Valor para a Sociedade.....	08
II – Diagnóstico Institucional.....	08
Análise de Cenários.....	09
III – Mapa Estratégico.....	10
IV – Macrodesafios, Indicadores e Iniciativas.....	11
Indicadores Estratégicos.....	11
Indicadores de Apoio.....	11
Ficha dos Indicadores.....	11
Peso (%) dos indicadores.....	11
Iniciativas = Ações e Projetos Relacionados.....	11
1. Perspectiva: Sociedade.....	12
1.1. Macrodesafio: Garantia dos Direitos de Cidadania.....	12
1.1.1. Descrição do Macrodesafio.....	12
1.1.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio.....	12
1.1.3. Fichas dos Indicadores.....	13
1.1.3.1. Indicador Estratégico: Excelência no atendimento.....	13
1.1.3.2. Indicador Estratégico: Acessibilidade.....	14
1.1.3.3. Indicador Estratégico: Sustentabilidade.....	15
1.1.3.4. Indicador Estratégico: Prontidão para o Exercício da Cidadania.....	16
1.1.4. Ações e Projetos Relacionados.....	17
2. Perspectiva: Processos Internos.....	19
2.1. Macrodesafio: Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa.....	19
2.1.1. Descrição do Macrodesafio.....	19
2.1.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio.....	19
2.1.3. Fichas dos Indicadores.....	19
2.1.3.1. Indicador Estratégico: Combate à Corrupção Eleitoral.....	19
2.1.3.2. Indicador Estratégico: Combate à Improbidade Administrativa.....	20
2.1.4. Ações e Projetos Relacionados.....	21
2.2. Macrodesafio: Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral.....	21
2.2.1. Descrição do Macrodesafio.....	21
2.2.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio.....	21
2.2.3. Fichas dos Indicadores.....	22

2.2.3.1. Indicador Estratégico: Segurança do Processo Eleitoral.....	22
2.2.3.2. Indicador Estratégico: Excelência do Processo Eleitoral.....	24
2.2.4. Ações e Projetos Relacionados.....	26
2.3. Macrodesafio: Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	26
2.3.1. Descrição do Macrodesafio	26
2.3.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio.....	26
2.3.3. Fichas dos Indicadores.....	27
2.3.3.1. Indicador Estratégico: Celeridade na Prestação Jurisdicional de 1º Grau	27
2.3.3.2. Indicador Estratégico: Celeridade na Prestação Jurisdicional de 2º Grau	29
2.3.4. Ações e Projetos Relacionados.....	31
3. Perspectiva: Recursos	31
3.1. Macrodesafio: Melhoria da Gestão de Pessoas	31
3.1.1. Descrição do Macrodesafio	31
3.1.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio.....	31
3.1.3. Fichas dos Indicadores.....	32
3.1.3.1. Indicador Estratégico: Governança de Pessoas.....	32
3.1.3.2. Indicador Estratégico: Clima Organizacional.....	32
3.1.3.3. Indicador Estratégico: Liderança	33
3.1.3.4. Indicador Estratégico: Capacitação	34
3.1.4. Ações e Projetos Relacionados.....	35
3.2. Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Custos.....	38
3.2.1. Descrição do Macrodesafio	38
3.2.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio.....	38
3.2.3. Fichas dos Indicadores.....	39
3.2.3.1. Indicador Estratégico: Governança de Aquisições	39
3.2.3.2. Indicador Estratégico: Gestão Orçamentária	41
3.2.4. Ações e Projetos Relacionados.....	41
3.3. Macrodesafio: Instituição da Governança Judiciária	42
3.3.1. Descrição do Macrodesafio	42
3.3.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio.....	43
3.3.3. Fichas dos Indicadores.....	43
3.3.3.1. Indicador Estratégico: Governança Corporativa	43
3.3.4. Ações e Projetos Relacionados.....	45
3.4. Macrodesafio: Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC.....	46
3.4.1. Descrição do Macrodesafio	46
3.4.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio.....	47
3.4.3. Fichas dos Indicadores.....	47
3.4.3.1. Indicador Estratégico: Governança de TIC.....	47
3.4.3.2. Indicador Estratégico: Disponibilidade de TIC	48
3.4.4. Ações e Projetos Relacionados.....	49

APRESENTAÇÃO



"A estratégia é a ciência e arte de construir o presente a partir do futuro desejado".
Ruy Mattos

A condução do processo eleitoral deve assegurar ao eleitor, de forma legítima, as condições necessárias para votar em seus candidatos e, a estes, o julgamento justo do registro e demais fases da campanha eleitoral, até a eventual diplomação, convergindo para o pleno exercício democrático.

Entretanto, para alcançar este alvo, várias metas devem ser estabelecidas e cumpridas. Ademais, seus resultados deverão ser continuamente monitorados, visando verificar o desempenho de cada participante desses trabalhos.

Nesse sentido, a sistemática de planejamento e gestão do TRE-MA consiste em um conjunto de práticas gerenciais voltadas para a obtenção de resultados e condutas organizacionais com o objetivo de atender às expectativas dos cidadãos maranhenses em relação aos serviços prestados.

Seguindo essa diretriz, a Justiça Eleitoral do Maranhão vem gerindo a coisa pública com qualidade e transparência. E, como a sociedade demanda padrões de excelência nos serviços oferecidos, revisar o Plano Estratégico, alinhando-o ao do Poder Judiciário, demonstra guiar-se rumo ao atendimento de seus desejos e necessidades.

A demanda por uma atitude proativa das instituições públicas, por parte dos cidadãos, faz com que nós, gestores públicos, adotemos uma nova cultura gerencial, mais flexível e eficiente. Nesse viés, o princípio da eficiência na Administração Pública retrata esse cenário ao promover mudanças profundas, exigindo avaliações periódicas da qualidade dos serviços e o desenvolvimento de programas de qualidade, de produtividade, de modernização e de racionalização nas ações (CF/88, art. 37, §3º, I; art. 39, § 7º).

Nesse contexto, o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão apresenta seu novo Plano Estratégico para o sexênio 2015-2020, com o objetivo de orientar suas ações e auxiliar na tomada de decisão, direcionando a atenção e os trabalhos de todos na instituição, a fim de que os macrodesafios e metas sejam alcançados para que cumpramos nossa Missão e alcancemos nossa Visão de Futuro, respondendo efetivamente aos anseios da sociedade brasileira.

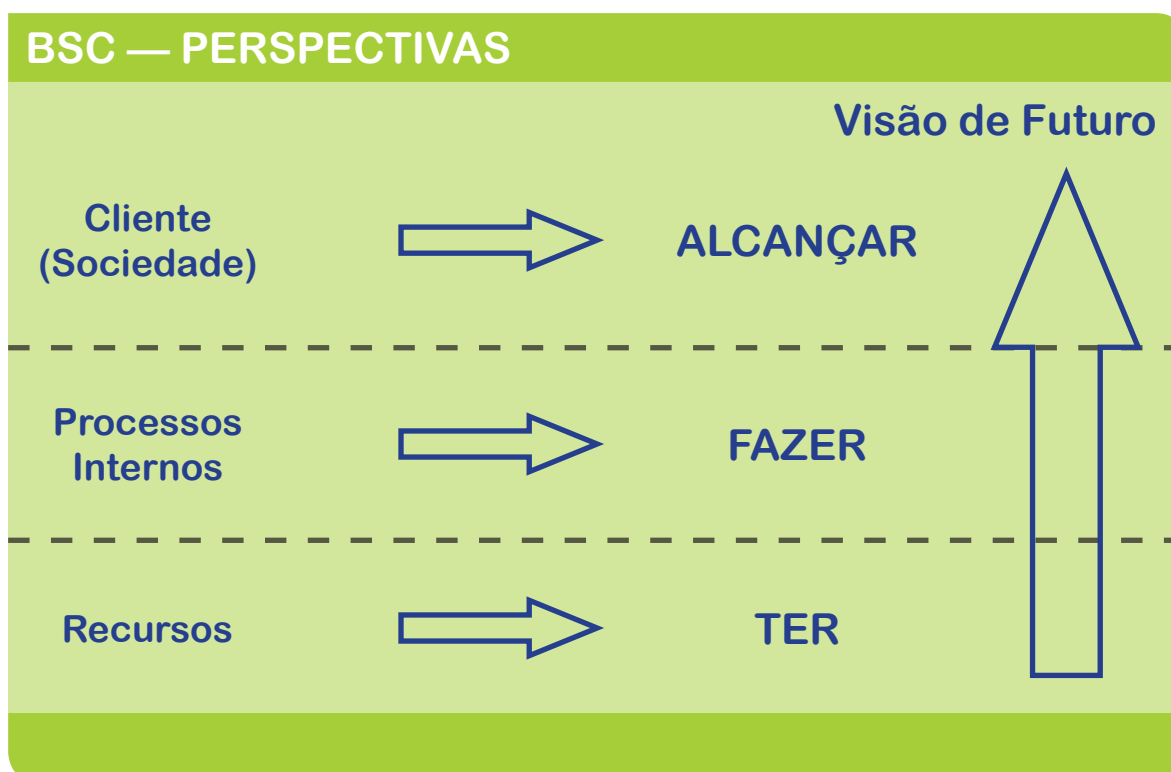
Des. Antonio Guerreiro Junior
Presidente

METODOLOGIA

O CNJ instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2015-2020 por meio da Resolução nº 198, de 1º de julho de 2014. Este Regional procedeu à adequação do seu planejamento estratégico em consonância com a Estratégia Nacional, respeitando a obrigatoriedade de incorporação dos macrodesafios nacionais, incluindo suas próprias metas e indicadores para o período 2015-2020.

Além disso, a unidade de gestão estratégica realizou várias reuniões com as demais unidades para a formulação dos indicadores e ações/projetos, observando as recomendações do Tribunal de Contas da União, contidas em seus questionários de governança corporativa, de pessoas, de aquisições, de tecnologia da informação, de riscos e controles internos.

A metodologia Balanced Scorecard — BSC considera que a equipe de gestores e líderes das organizações devem se reunir ao menos anualmente para atualizar a estratégia*. Assim procederá este tribunal sempre que necessário.



* KAPLAN, Robert S.; NORTON, David. **A execução Premium**: a obtenção da vantagem competitiva através do vínculo da estratégia com as operações do negócio. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 67.

I DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

A consolidação e a adoção de um planejamento estratégico pressupõem a declaração dos enunciados de Missão e Visão institucionais, elementos que sedimentam a unidade das ações e projetos pensados pelas diversas áreas, alinhando-os à razão de ser do órgão e à sua constante busca por um lugar no cenário ideal perante a sociedade.

1. MISSÃO

**Garantir a legitimidade
do processo eleitoral**

2. VISÃO

**Ser modelo de excelência na
gestão do processo eleitoral**

3. ATRIBUTOS DE VALOR PARA A SOCIEDADE

Os valores institucionais permeiam todas as atividades desenvolvidas pelos servidores, colaboradores e magistrados, no interior do órgão ou em nome dele, caracterizando-se como traços culturais aceitos e estimulados por todos.

- SER ACESSÍVEL: garantia de amplo acesso aos serviços do TRE.
- SER CÉLERE: atender às demandas em tempo razoável.
- SER ÉTICO: primar pelo respeito aos valores e princípios constitucionais.
- SER INOVADOR: aprimorar o processo eleitoral, instrumentalizando novas tecnologias, primando pela segurança.
- SER TRANSPARENTE: disponibilizar aos públicos interno e externo, de forma ampla e transparente, as informações institucionais.
- TER CREDIBILIDADE: obter a confiança e o reconhecimento da sociedade em todas as ações.

II DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

O delineamento de ações e a elaboração de projetos pressupõem o amplo conhecimento das condições em que se encontra o órgão, seja com relação aos seus aspectos positivos e negativos, seja no tocante aos potenciais riscos ou situações que oportunizam claras chances de melhoria ou de correção de rumo. Nesse sentido, a análise de cenários propicia a definição do diagnóstico institucional, fornecendo elementos concretos para balizar a tomada de decisão gerencial.

A construção do diagnóstico da Justiça Eleitoral do Maranhão foi realizada no período de 2012 e 2013, através de questionários respondidos por membros da Justiça Estadual e do Ministério Público, advogados, representantes da imprensa, TCU, CNJ, servidores do TRE-MA (Secretaria e cartórios), das Assessorias de Planejamento da Justiça Eleitoral, além da sociedade, em questionário publicado na internet, conforme o quadro de análise de cenário a seguir:

ANÁLISE DE CENÁRIOS

Na busca dos Objetivos

Ajuda

Atrapalha

Interna (organização)

FORÇAS

1. Capilaridade que permite um atendimento próximo ao cidadão
2. Disponibilização de canal de comunicação a toda a população (ouvidoria e carta de serviços)
3. Qualidade/agilidade na realização das eleições
4. Recursos/infraestrutura tecnológicos disponíveis
5. Terceirização de atividades
6. Competência/capacitação dos servidores
7. Orgulho institucional/comprometimento
8. Capacidade de inovação
9. Benefícios oferecidos ao servidor
10. Núcleo de Ensino à Distância (NEAD) e multiplicação do conhecimento

FRAQUEZAS

1. Comunicação insuficiente/deficitária
2. Infraestrutura inadequada em 27% dos cartórios eleitorais
3. Mudança frequente da gestão
4. Morosidade/burocracia nos processos
5. Custo crescente da Justiça Eleitoral
6. Inexistência de políticas nacionais
7. Baixa integração entre TSE, TREs e Zonas Eleitorais
8. Baixa divulgação/disponibilização de informações e conhecimentos relevantes (gestão do conhecimento)
9. Eleição dos membros para a composição do TRE sem critérios públicos de seleção (transparência deficiente)
10. Carência de servidores (principalmente nos cartórios)
11. Alta rotatividade de juízes e funcionários das Zonas
12. Gestão por competências deficiente (falta de reconhecimento e valorização dos servidores)
14. Falta de reconhecimento dos mesários

Origem do Fator

OPORTUNIDADES

1. Credibilidade perante a sociedade (nacional e internacionalmente)
2. Socializar o processo eleitoral e as atividades do TRE (reforçar atuação na conscientização política do cidadão e atuar na preparação de candidatos e partidos)
3. Utilizar biometria como marketing institucional
4. Ambiente favorável à formação de parcerias
5. Possibilidade de inovar o processo eleitoral, otimizando recursos
6. Atuação do CNJ para integração/melhoria do Judiciário
7. Atualização da legislação eleitoral e Reforma Política
8. Inovações tecnológicas
9. Ensino a distância para capacitar sociedade (eleitores, candidatos, partidos e mesários)

AMEAÇAS

1. Baixo conhecimento da sociedade quanto à atuação da Justiça Eleitoral (imagem negativa devido à aparente sazonalidade dos seus trabalhos)
2. Baixo nível de consciência política da sociedade
3. Ingerência política
4. Participação mínima da Justiça Eleitoral na discussão das alterações legislativas (legislação eleitoral com lacunas e alterações prejudiciais à atuação da Justiça Eleitoral)
5. Falta de parametrização entre as decisões dos TREs e TSE
6. Tentativa de invasão dos sistemas e banco de dados
7. Inexistência de quadro próprio de magistrados

Externa (ambiente)

III MAPA ESTRATÉGICO

As perspectivas estabelecidas pelo Balanced Scorecard (BSC) associadas ao Plano Estratégico do Órgão podem ser representadas, graficamente, através do Mapa Estratégico, demonstrando, de maneira organizada e de fácil visualização, as relações entre os componentes.



IV MACRODESAFIOS, INDICADORES E INICIATIVAS

Indicadores Estratégicos

Criados para mensuração do alcance dos macrodesafios (objetivos estratégicos), sendo resultantes do agrupamento de indicadores de apoio. A fórmula padrão para a medição dos indicadores estratégicos é a seguinte:

$$RIE = \sum_{i=1}^n RIA * PIA, \text{ onde:}$$

RIE: resultado do indicador estratégico;

RIA: resultado do indicador de apoio expresso em %;

PIA: peso percentual do indicador de apoio;

n: quantidade de indicadores de apoio.

Indicadores de Apoio

Criados para mensuração do desempenho de processos relacionados aos macrodesafios e para composição dos indicadores estratégicos.

Ficha dos Indicadores

Ficha contendo todas as informações do indicador de apoio tais como: para que medir, como medir, onde medir, responsável pela medição, metas e histórico de medição. Legendas dos quadros de metas e de histórico:

EC: Em Construção;

NM: Não Mensurável no período;

NA: Não Apurado.

Peso (%) dos Indicadores

Os indicadores de apoio possuem pesos percentuais para Anos Eleitorais (sigla "AE") e Anos Não-Eleitorais (sigla "ANE"), ponderados pelo grau de relevância que possuem para a composição dos indicadores estratégicos a que estão vinculados.

Iniciativas = Ações e Projetos Relacionados

Cada macrodesafio presente no Plano Estratégico deve ser alicerçado pelas respectivas Ações e Projetos idealizados para serem executados durante todo o período de vigência do plano.

1. Perspectiva: Sociedade

1.1. Macrodesafio: Garantia dos Direitos de Cidadania

1.1.1. Descrição do Macrodesafio

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II), em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão-eleitor, cidadão trabalhador-produtor, cidadão-consumidor e cidadão-contribuinte, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.

1.1.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio

Indicador Estratégico	Indicador de Apoio	Peso (%)	
		ANE	AE
Excelência no atendimento	Satisfação dos clientes	50	
	Satisfação com o atendimento da Ouvidoria	25	
	Índice de chamados à Ouvidoria finalizados em até 6 dias úteis	25	
Acessibilidade	Índice de locais de votação adequados a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	NM	60
	Índice de instalações físicas adequadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	100	40
Sustentabilidade	Índice de execução do Plano de Logística Sustentável	50	
	Índice de desempenho do Plano de Logística Sustentável	50	
Prontidão para o Exercício da Cidadania	Índice de desempenho na avaliação de Cidadania	50	
	Índice de participação nos projetos de educação política	50	

1.1.3. Fichas dos Indicadores

1.1.3.1. Indicador Estratégico: Excelência no Atendimento

Indicador de Apoio: Satisfação dos clientes				Peso (%)	ANE	AE
					50	
Tipo	Efetividade	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	A satisfação dos clientes quanto ao atendimento prestado pela Justiça Eleitoral nos pontos de atendimento ao público (Secretaria, Zonas Eleitorais e postos descentralizados de atendimento).					
Para que medir	Avaliar a satisfação dos clientes da Justiça Eleitoral quanto ao atendimento recebido.					
Quem mede	Seção de Pesquisa e Estatística (SEPEQ) – Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG)					
Quando medir	Trimestralmente					
Como medir	Número de votos auferidos nas categorias “bom” e “ótimo” (VBO), dividido pelo número total de votantes (TV), multiplicado por cem. $(VBO / TV) \times 100$					
Onde medir	Na Secretaria, nas Zonas Eleitorais e nos postos descentralizados de atendimento.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	96%	97%	98%	99%	100%	100%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	88,65%	NA	76,36%	97,09%	95,60%	

Indicador de Apoio: Satisfação com o atendimento da Ouvidoria				Peso (%)	ANE	AE
					25	
Tipo	Efetividade	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	A satisfação dos clientes quanto ao atendimento prestado pela Ouvidoria do TRE-MA.					
Para que medir	Avaliar a satisfação dos clientes da Justiça Eleitoral quanto ao atendimento recebido.					
Quem mede	Ouvidoria					
Quando medir	Trimestralmente					
Como medir	Número de avaliações positivas (AP) dividido pelo total de avaliações (TA) multiplicado por cem. $(AP / TA) \times 100$					
Onde medir	Ao final dos atendimentos realizados pelos prestadores de serviço da Ouvidoria.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	EC	EC	EC	EC	EC	EC
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	-	-	-

Indicador de Apoio: Índice de chamados à Ouvidoria finalizados em até 6 dias úteis				Peso (%)	ANE	AE
					25	
Tipo	Eficiência	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O percentual de chamados finalizados pelo TRE no prazo máximo de 6 dias úteis, conforme dispõe o art. 12 da Res. TRE-MA nº 7.715/2009.					
Para que medir	Avaliar o grau de prontidão da Ouvidoria e das demais unidades do TRE.					
Quem mede	Ouvidoria					
Quando medir	Trimestralmente					
Como medir	Total de Chamados Finalizados no período base (TCFP) dividido pelo Total de Chamados Recebidos no período base (TCRP), acrescido do Total de Chamados Pendentes (TCP), multiplicado por cem. $[TCFP / (TCRP + TCP)] \times 100$ Obs.: excetuam-se do cálculo os chamados em que a solução não compete ao TRE.					
Onde medir	Registros de comunicações recebidas, solucionadas e expedidas pelas unidades do TRE.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	EC	EC	EC	EC	EC	EC
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	-	-	

1.1.3.2. Indicador Estratégico: Acessibilidade

Indicador de Apoio: Índice de locais de votação adequados a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida				Peso (%)	ANE	AE
					NM	60
Tipo	Eficácia	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	Mede a quantidade de locais de votação adaptados, garantindo o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no dia da eleição.					
Para que medir	Garantir e estimular a plena participação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ao pleno exercício do direito ao voto.					
Quem mede	Comissão de Acessibilidade					
Quando medir	Bianualmente					
Como medir	Quantidade de locais de votação adaptados para pessoas com deficiência (QLA), dividida pela quantidade de locais de votação utilizados na eleição anterior (QLU) e multiplicada por 100. $(QLA / QLU) \times 100$					
Onde medir	No formulário de vistoria dos locais de votação, realizada via SIGEL, nos anos eleitorais.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	NM	70%	NM	80%	NM	100%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	NA	NA	NA	33,38%	66,36%	

Indicador de Apoio: Índice de instalações físicas adequadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida				Peso (%)	ANE	AE	
					100	40	
Tipo	Eficácia	Polaridade	quanto maior melhor				
O que mede	Mede a quantidade de imóveis da Justiça Eleitoral Maranhense adaptados, garantindo o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, às unidades do Tribunal.						
Para que medir	Garantir e estimular a plena participação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos serviços e às informações prestados pela Justiça Eleitoral.						
Quem mede	Seção de Engenharia e Arquitetura (SENAR) – Coordenadoria de Serviços Gerais (COSEG)						
Quando medir	Trimestralmente						
Como medir	Quantidade de prédios adaptados para pessoas com deficiência (QPA), dividida pela quantidade de prédios ocupados pela Justiça Eleitoral (QPO) e multiplicada por 100. (QPA / QPO) x 100						
Onde medir	Relatórios de averiguação.						
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
	90%	92%	94%	96%	98%	100%	
Histórico	2010		2011		2012	2013	2014
	-		-		68,13%	84,44%	87,77%

1.1.3.3. Indicador Estratégico: Sustentabilidade

Indicador de Apoio: Índice de execução do Plano de Logística Sustentável				Peso (%)	ANE	AE	
					50		
Tipo	Execução	Polaridade	quanto maior melhor				
O que mede	Mede o percentual de ações realizadas dentro do prazo previsto no Plano de Logística Sustentável (PLS).						
Para que medir	Para avaliar o grau de sustentabilidade do TRE-MA.						
Quem mede	Comissão Gestora do PLS						
Quando medir	Trimestralmente						
Como medir	Quantidade de Ações Realizadas dentro do Prazo Previsto para o Período (QARPPP) dividido pelo Total de Ações Planejadas para o Período (TAPP), multiplicado por 100. (QARPPP / TAPP) x 100						
Onde medir	Relatórios de averiguação.						
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
	EC	EC	EC	EC	EC	EC	
Histórico	2010		2011		2012	2013	2014
	-		-		-	-	-

Indicador de Apoio: Índice de desempenho do Plano de Logística Sustentável				Peso (%)	ANE	AE
					50	
Tipo	Eficácia	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	Mede o percentual de metas alcançadas dentro do Plano de Logística Sustentável (PLS)					
Para que medir	Para avaliar o grau de sustentabilidade do TRE-MA.					
Quem mede	Comissão Gestora do PLS					
Quando medir	Trimestralmente					
Como medir	Quantidade de Indicadores que Alcançaram as Metas do PLS para o Período (QIAMP) dividido pelo Total de Indicadores do Período (TIP) x 100, representado por: (QIAMP / TIP) x 100					
Onde medir	Relatórios de averiguação.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	EC	EC	EC	EC	EC	EC
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	-	-	-

1.1.3.4. Indicador Estratégico: Prontidão para o Exercício da Cidadania

Indicador de Apoio: Índice de desempenho na avaliação de Cidadania				Peso (%)	ANE	AE
					50	
Tipo	Efetividade	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	Mede o percentual de desempenho de estudantes do Ensino Médio na avaliação de Cidadania promovida pelo TRE-MA.					
Para que medir	Avaliar o grau de prontidão dos estudantes para o exercício do voto e do pleno exercício dos direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II).					
Quem mede	Escola Judiciária Eleitoral (EJE)					
Quando medir	Anualmente					
Como medir	Quantidade de Estudantes que atingiram Nota Mínima na avaliação de cidadania (EANM) promovida pelo TRE-MA dividido pelo Total de Estudantes que Responderam a Avaliação (TERA), multiplicado por 100. (EANM / TERA) x 100					
Onde medir	Folha de respostas das provas objetivas.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	EC	EC	EC	EC	EC	EC
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	-	-	-

Indicador de Apoio: Índice de participação nos projetos de educação política					Peso (%)	ANE	AE
						50	
Tipo	Eficácia	Polaridade		quanto maior melhor			
O que mede	Quantidade de pessoas que participaram dos projetos de educação política promovidos pelo TRE-MA.						
Para que medir	Avaliar o comprometimento do TRE-MA com a responsabilidade social						
Quem mede	Escola Judiciária Eleitoral (EJE)						
Quando medir	Semestralmente						
Como medir	Soma do total de participantes em todos os projetos de educação para o exercício da cidadania.						
Onde medir	Relatórios de cada projeto.						
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
	EC	EC	EC	EC	EC	EC	
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014		
	4.500	3.614	4.200	2.800	4.400		

1.1.4. Ações e Projetos Relacionados ao Macrodesafio: Garantia dos Direitos de Cidadania

Ação/Projeto	Prazo	Responsável
Palestras de Educação Política	2015 a 2020	EJE e Comissão de Responsabilidade Social
Projeto Voto Jovem na Escola	jun a nov/2015 a 2020	Comissão de Responsabilidade Social
Eleitor do Futuro	ago a nov/2015 a 2020	Comissão de Responsabilidade Social
Dinâmica Motivacional de Cidadania	out/2015	EJE e Comissão de Responsabilidade Social
Instituir mecanismo para emissão de relatório identificando, por setor responsável pelo atendimento/solução, a quantidade de chamados que ultrapassaram o tempo de atendimento previsto no art. 12 da Res. 7.715/2009 (3 dias úteis, prorrogáveis por mais 3)	out/2015	Ouvidoria e SE-ADE/STI
Semana do Idoso	out/2015 a 2020	Comissão de Responsabilidade Social
Natal Solidário	nov e dez/2015 a 2020	Comissão de Responsabilidade Social

Ação/Projeto	Prazo	Responsável
Instituir processo de avaliação da satisfação do cidadão/cliente por meio de pesquisas periódicas de satisfação e divulgar os resultados na internet	dez/2015	SEPEQ-COPEG
Sessões plenárias online	dez/2015	Presidência
Atualizar a Carta de serviços do TRE-MA (1º e 2º Graus) e instituir processo de gerenciamento desse catálogo de serviços	dez/2015	ASCOM e Ouvidoria
Palestras de conscientização e divulgação da urna eletrônica (conforme solicitações)	2015 a 2020	Comissão de Responsabilidade Social
Avaliar a satisfação das partes interessadas com as informações providas na internet (em cada espaço específico, inclusive no portal da transparência), divulgando os resultados para o cidadão/cliente	mar/2016	ASCOM
Instituir pesquisa de satisfação do atendimento da Ouvidoria	abr/2016	Ouvidoria
Ciclo de Estudos de Ética, Democracia e Cidadania Política	jun a set/2016	EJE
Autoridades Eleitorais em ação de conscientização nas Escolas	jun a set/2016	EJE
Implantar perfil social em mais redes sociais com a finalidade de descobrir e atender às necessidades do cidadão/cliente	abr/2017	ASCOM
Conhecendo a Justiça Eleitoral	mai e set/2017	EJE
Curso de Formação de Educadores Políticos para atuação nas Escolas (definir parceria com a SEDUC e outros)	2017-2020	EJE
Projeto Jornal Espaço do Eleitor	mai/2018 mai/2020	EJE
Campanha "Comunicação com o Cidadão"	jun a set/2018 jun a set/2020	EJE e Ouvidoria
Projeto Pedagógico: Princípios e Valores de Cidadania para a Educação Infantil	mai a set/2019	EJE
Projeto Colaborador Voluntário da Justiça Eleitoral	abr a ago/2020	EJE
Projeto eu voto aos 16 e eu acima dos 70 anos	mai a set/2020	EJE

2. Perspectiva: Processos Internos

2.1. Macrodesafio: Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa

2.1.1. Descrição do Macrodesafio

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

2.1.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio

Indicador Estratégico	Indicador de Apoio	Peso (%)	
		ANE	AE
Combate à corrupção eleitoral	Taxa de celeridade de processos prioritários no 1º grau	50	
	Taxa de celeridade de processos prioritários no 2º grau	50	
Combate à improbidade administrativa	Índice de cumprimento das recomendações de órgãos de controle	100	

2.1.3. Fichas dos Indicadores

2.1.3.1. Indicador Estratégico: Combate à Corrupção Eleitoral

Indicador de Apoio: Taxa de celeridade de processos prioritários no 1º grau				Peso (%)	ANE	AE
					50	
Tipo	Eficiência	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O percentual de processos prioritários do 1º grau, que importem em perda de mandato eletivo, instruídos e julgados.					
Para que medir	Acompanhar o grau de aplicação do art. 97-A da Lei nº 9.504/97, que trata da duração razoável (1 ano) dos processos que importem em perda de mandato eletivo.					
Quem mede	Coordenadoria de Assuntos Judiciários e Correicionais (COJUC) – Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)					
Quando medir	Trimestralmente					
Como medir	Fórmula: $(Ppjp / Nppt) \times 100$, onde: Ppjp: número de processos prioritários julgados até dezembro do ano seguinte; Nppt: número de processos prioritários em tramitação autuados no período eleitoral.					
Onde medir	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP).					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	30%	100%	-	-	30%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Indicador de Apoio: Taxa de celeridade de processos prioritários no 2º grau				Peso (%)	ANE	AE
					50	
Tipo	Eficiência	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O percentual de processos prioritários do 2º grau, que importem em perda de mandato eletivo, instruídos e julgados.					
Para que medir	Acompanhar o grau de aplicação do art. 97-A da Lei nº 9.504/97, que trata da duração razoável (1 ano) dos processos que importem em perda de mandato eletivo.					
Quem mede	Secretaria Judiciária					
Quando medir	Trimestralmente					
Como medir	Fórmula: $(Ppjp / Nppt) \times 100$, onde: Ppjp: número de processos prioritários julgados no prazo no ano de mensuração da taxa; Nppt: número de processos prioritários em tramitação distribuídos no período eleitoral.					
Onde medir	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP).					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	80%	-	95%	-
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	NA	NA	NA	NA	NA	

2.1.3.2. Indicador Estratégico: Combate à Improbidade Administrativa

Indicador de Apoio: Índice de cumprimento das recomendações dos órgãos de controle				Peso (%)	ANE	AE
					100	
Tipo	Eficácia	Polaridade	Quanto maior melhor			
O que mede	O percentual de cumprimento das recomendações expedidas pelos órgãos de controle.					
Para que medir	Avaliar a atuação das unidades administrativas da Justiça Eleitoral do Maranhão quanto ao atendimento as deliberações exaradas pelo Tribunal de Contas da União e Conselho Nacional de Justiça, bem como as recomendações feitas pela SEAUD/COCIN.					
Quem mede	Seção de Pesquisa e Estatística (SEPEQ) – Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG)					
Quando medir	Anualmente					
Como medir	Fórmula: $(Ra / Re) \times 100$, onde: Ra: número de recomendações atendidas no exercício de referência; Re: número total de recomendações expedidas no exercício de referência.					
Onde medir	Controles de acompanhamento de recomendações dos órgãos de controle adotados pela SEPEQ/COPEG.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	-	-	

2.1.4. Ações e Projetos Relacionados ao Macrodesafio: Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa

Ação/projeto	Prazo	Responsável
Encaminhar ao TSE proposta de revisão do domicílio eleitoral	abr/2015	Presidência
Encaminhar ao TSE proposta de instituir prazos para todas as instâncias da Justiça Eleitoral, visando cumprir o prazo de um ano para julgar os processos prioritários	abr/2015	Presidência
Alterar o fluxo dos processos para que o órgão de controle interno atue como auditoria interna	dez/2015	Presidência
Estabelecer prazos para 1º e 2º graus da Justiça Eleitoral Maranhense, visando cumprir o prazo de um ano para julgar os processos prioritários	dez/2015	Presidência
Assegurar que a auditoria interna adicione maior valor à organização	abr/2016	Presidência

2.2. Macrodesafio: Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral

2.2.1. Descrição do Macrodesafio

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

2.2.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio

Indicador Estratégico	Indicador de Apoio	Peso (%)	
		ANE	AE
Segurança do processo eleitoral	Índice de virtualização das comunicações geradoras de ASE (Atualização da Situação do Eleitor)	20	15
	Índice de eleitores com cadastro biométrico	80	50
	Índice de urnas substituídas	NM	15
	Índice de utilização do código de liberação do reconhecimento digital do eleitor	NM	20
Excelência do Processo Eleitoral	Índice de execução do Planejamento das Eleições	NM	50
	Desempenho dos processos de eleição	NM	50

2.2.3.1. Indicador Estratégico: Segurança do Processo Eleitoral

Indicador de Apoio: Índice de virtualização das comunicações geradoras de ASE (Atualização da Situação do Eleitor)				Peso (%)	ANE	AE
					20	15
Tipo	Execução	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	Implantação do sistema INFODIP (Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos) no TRE-MA e todas as zonas eleitorais do Estado do Maranhão, varas criminais, cíveis, cartórios de registro civil e órgãos militares.					
Para que medir	Demonstrar o nível de implantação do Sistema INFODIP na virtualização de comunicações que geram modificações na situação dos eleitores (operação ASE) por meio do Sistema, em substituição aos ofícios e expedientes encaminhados em meio físico por órgãos e entidades diversas ao TRE-MA, considerando-se as operações ASE planejadas para serem virtualizadas até 2020.					
Quem mede	Coordenadoria de Fiscalização do Cadastro Eleitoral (COFIC) – Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)					
Quando medir	Anualmente					
Como medir	Fórmula: $(N_{Mi} / 217) \times 100$, onde: N _{Mi} : número de municípios com o Sistema INFODIP implantado; 217: número de municípios do Estado do Maranhão.					
Onde medir	Sistema INFODIP, implantação até 2020 em todos os órgãos competentes no Estado do Maranhão: 1. Corregedoria Regional Eleitoral; 2. zonas eleitorais; 3. varas criminais; 4. varas cíveis; 5. cartórios de registro civil dos 217 municípios; 6. órgãos militares.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	5%	15%	40%	60%	80%	100%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	NM	NM	NM	NM	NM	NM

Indicador de Apoio: Índice de eleitores com cadastro biométrico				Peso (%)	ANE	AE
				80	50	
Tipo	Eficácia	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O percentual de eleitores com os dados biométricos coletados e validados.					
Para que medir	Garantir uma maior segurança na identificação do eleitor, tornando seu cadastro único perante a Justiça Eleitoral.					
Quem mede	Coordenadoria de Sistemas Eleitorais (COSIS) – Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)					
Quando medir	Anualmente					
Como medir	Fórmula: $(TECB / TE) \times 100$, onde: TECB: Total de eleitores com cadastro biométrico; TE: Total de eleitores do Estado.					
Onde medir	No cadastro de eleitores.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	40%	45%	60%	65%	90%	100%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	NA	2,15%	NA	2,76%	16,02%	

Indicador de Apoio: Índice de urnas substituídas				Peso (%)	ANE	AE
				NM	15	
Tipo	Esforço	Polaridade	quanto menor melhor			
O que mede	A quantidade de urnas substituídas no dia das eleições.					
Para que medir	Garantir a qualidade da conservação e logística das urnas eletrônicas, a fim de evitar a possibilidade de votação manual.					
Quem mede	Coordenadoria de Logística (COLOG) – Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)					
Quando medir	Bianualmente					
Como medir	Fórmula: $(TUESUBST / TUEDISP) \times 100$, onde: TUESUBST: Total de urnas substituídas durante as eleições; TUEDISP: Total de urnas disponibilizadas para as eleições, considerando as de contingência.					
Onde medir	Em todas as seções de votação.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	NM	1,0%	NM	0,7%	NM	0,5%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	NA	NA	0,29%	NA	2,06%	

Indicador de Apoio: Índice de utilização do código de liberação do reconhecimento digital do eleitor					Peso (%)	ANE NM	AE 20
Tipo	Eficácia	Polaridade	quanto menor melhor				
O que mede	A quantidade de eleitores que não habilitaram o voto pelos dados biométricos e sim por liberação manual.						
Para que medir	Garantir a totalidade do reconhecimento biométrico pelas urnas eletrônicas dos eleitores.						
Quem mede	Coordenadoria de Sistemas Eleitorais (COSIS) – Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)						
Quando medir	Bianualmente						
Como medir	Fórmula: $(TEHM / TECB) \times 100$, onde: TEHM: Total de eleitores habilitados manualmente; TECB: Total de eleitores com cadastro biométrico.						
Onde medir	Em todas as seções de votação.						
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
	NM	3,0%	NM	2,5%	NM	2,0%	
Histórico	2010	2011	2012		2013	2014	
	NA	NA	NA		NA	4%	

2.2.3.2. Indicador Estratégico: Excelência do Processo Eleitoral

Indicador de Apoio: Índice de execução do Planejamento das Eleições					Peso (%)	ANE NM	AE 50
Tipo	Execução	Polaridade	quanto maior melhor				
O que mede	O percentual de atividades previstas no Planejamento Integrado de Eleições executadas dentro do prazo planejado.						
Para que medir	Avaliar a capacidade da Justiça Eleitoral do Maranhão em assegurar a alocação coerente de recursos, a definição de responsabilidades e o cumprimento dos prazos de execução, com o intuito de otimizar a realização de pleitos eleitorais.						
Quem mede	Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG)						
Quando medir	Bianualmente						
Como medir	Fórmula: $(Aep / Ap) \times 100$, onde: Aep: número de atividades executadas dentro do prazo previsto; Ap: número de atividades planejadas.						
Onde medir	Sistema de Padronização de Logística – PADLOG.						
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
	NM	EC	NM	EC	NM	EC	
Histórico	2010	2011	2012		2013	2014	
	NA	NM	NA		NM	NA	

Indicador de Apoio: Índice de desempenho dos processos de eleição				Peso (%)	ANE	AE
					NM	50
Tipo	Efetividade	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O cumprimento das metas previstas para cada processo de eleição, bem como o grau de atendimento das expectativas dos envolvidos.					
Para que medir	Avaliar o desempenho dos processos de eleição, visando identificar as dificuldades que impossibilitaram o cumprimento das metas de cada processo de eleição e o atendimento das expectativas, para que sejam adotadas as devidas ações corretivas para os próximos pleitos.					
Quem mede	Gerentes dos Processos de Eleição					
Quando medir	Bianualmente					
Como medir	<p>A avaliação de cada processo será obtida pela soma da avaliação quantitativa com a avaliação qualitativa, atribuindo-se para cada uma os seguintes pesos: 40% e 60%, respectivamente.</p> <p>Fórmula: $AGPA = (AQ_t \times 0,4) + (AQI \times 0,6)$, onde:</p> <p>AGPA: Avaliação Geral do Processo Avaliado AQ_t: Avaliação Quantitativa do Processo Avaliação AQI: Avaliação Qualitativa do Processo Avaliação</p> <p>ASPECTO QUANTITATIVO: metas cumpridas dividido pelo total de metas estabelecidas, multiplicado por cem: Fórmula: $AQ_t = (MC / TME) \times 100$ AQ_t: Avaliação Quantitativa do Processo Avaliado MC: metas cumpridas TME: Total de metas estabelecidas</p> <p>ASPECTO QUALITATIVO: A avaliação qualitativa será composta da seguinte forma: Fórmula: $AQI = (AQI_{usu} + AQI_{ger}) / 2$ AQI: Avaliação Qualitativa do Processo: AQI_{usu}: Avaliação qualitativa do cliente/usuário em % AQI_{ger}: Avaliação qualitativa do gerente e equipe do processo em %</p> <p>MENSURAÇÃO FINAL: O indicador será apurado pela soma de todos os resultados obtidos nas AGPA (Avaliações gerais dos processos avaliados) dividido pelo total de processos avaliados x 100. Fórmula: $AGI = (AGPA / TPA) \times 100$ AGI: Apuração Geral do Indicador AGPA: Avaliações Gerais dos Processos Avaliados TPA: Total de Processos Avaliados</p>					
Onde medir	Em instrumentos avaliativos a serem definidos, em parceria com os gerentes dos processos.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	NM	EC	NM	EC	NM	EC
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	-	-	-

2.2.4. Ações e Projetos Relacionados ao Macrodesafio: Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral

Ação/Projeto	Prazo	Responsável
Estabelecer parcerias para a biometria no Maranhão	mar/2015	Presidência
Implantar o Sistema INFODIP – Informações de óbitos e direitos políticos	mai/2015	CRE
Revisar a identificação e mapeamento dos principais processos de negócio e diagnosticar os riscos (de origem interna e externa) envolvidos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas	dez/2015	EPO-COPEG e gestores
Avaliar os riscos identificados, definir os níveis que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão e classificá-los de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão	dez/2015	EPO-COPEG e gestores
Implantar sistema para avaliar os processos de Eleições	fev/2016	SEPEQ-COPEG
Recadastramento Biométrico: priorizar a escolha dos municípios com % de eleitores superior ao limite legal	2015 a 2020	COJUC-CRE

2.3. Macrodesafio: Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

2.3.1. Descrição do Macrodesafio

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

2.3.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio

Indicador Estratégico	Indicador de Apoio	Peso (%)	
		ANE	AE
Celeridade na prestação jurisdicional de 1º grau	Taxa de julgamento de processos de conhecimento de 1º grau	25	
	Taxa de julgamento de prestação de contas no 1º grau	30	
	Taxa de congestionamento de processos no 1º grau	25	
	Taxa de celeridade na tramitação de processos de 1º grau	20	
Celeridade na prestação jurisdicional de 2º grau	Taxa de julgamento de processos de conhecimento de 2º grau	25	
	Taxa de julgamento de prestação de contas no 2º grau	30	
	Taxa de congestionamento de processos no 2º grau	25	
	Taxa de celeridade na tramitação de processos de 2º grau	20	

2.3.3. Fichas dos Indicadores

2.3.3.1. Indicador Estratégico: Celeridade na Prestação Jurisdicional de 1º Grau

Indicador de Apoio: Taxa de julgamento de processos de conhecimento de 1º grau					Peso (%)	ANE	AE
						25	
Tipo	Eficiência		Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O resultado global dos percentuais de julgamento dos processos de conhecimentos, exceto prestação de contas, autuados nas Zonas Eleitorais.						
Para que medir	Avaliar o índice de julgamento de processos de conhecimento existentes nos juízos eleitorais de 1º grau.						
Quem mede	Coordenadoria de Assuntos Judiciários e Correicionais – COJUC						
Quando medir	Mensalmente						
Como medir	Fórmula: $[(P_{nj} - P_j) / P_{nj}] \times 100$, onde: P _{nj} : número total de processos de conhecimento não julgados geral (sem período determinado); P _j : número de processos de conhecimento julgados no período.						
Onde medir	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP).						
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
	75%	80%	85%	90%	90%	90%	
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014		
	-	-	-	-	-		

Indicador de Apoio: Taxa de julgamento de prestação de contas no 1º grau					Peso (%)	ANE	AE
						30	
Tipo	Eficiência		Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O resultado global dos percentuais de julgamento dos processos de prestação de contas, autuados nas Zonas Eleitorais. Para o cálculo da taxa serão considerados todos os processos de prestação de contas, eleitorais e partidárias.						
Para que medir	Avaliar o índice de julgamento de processos de prestação de contas existentes nos juízos eleitorais de 1º grau.						
Quem mede	Coordenadoria de Assuntos Judiciários e Correicionais – COJUC						
Quando medir	Mensalmente						
Como medir	Fórmula: $[(PP_{nj} - PP_j) / PP_{nj}] \times 100$, onde: PP _{nj} : número total de processos de prestação de contas não julgados geral (sem período determinado); PP _j : número de processos de prestação de contas julgados no período.						
Onde medir	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP).						
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
	75%	80%	85%	90%	90%	90%	
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014		
	NA	NA	NA	NA	NA		

Indicador de Apoio: Taxa de congestionamento de processos no 1º grau				Peso (%)	ANE	AE
					25	
Tipo	Eficiência	Polaridade	quanto menor melhor			
O que mede	A relação entre processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento no 1º grau de jurisdição.					
Para que medir	Avaliar a capacidade de atendimento da demanda de processos judiciais que ingressaram no 1º grau de jurisdição, de modo a verificar a efetividade da prestação jurisdicional no período.					
Quem mede	Coordenadoria de Assuntos Judiciários e Correicionais – COJUC					
Quando medir	Anualmente					
Como medir	Fórmula: $TC1^\circ = \{1 - [T_{Baix}1^\circ / (CN1^\circ + CP1^\circ)]\} \times 100$, onde: Tbaix: total de processos baixados no 1º grau no período de referência; CN: total de casos novos no período de referência; CP: total de casos pendentes no período de referência.					
Onde medir	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP).					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	20%	25%	20%	30%	20%	25%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	9%	28%	71%	-8%	38%	

Indicador de Apoio: Taxa de celeridade na tramitação dos processos de 1º grau				Peso (%)	ANE	AE
					20	
Tipo	Eficiência	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O percentual de processos de 1º grau com andamento atualizado dentro de 30 dias.					
Para que medir	Avaliar a celeridade da tramitação processual no 1º grau, mediante atuação nos processos paralisados há mais de 30 dias que estão identificados no portal da CGE/TSE: http://intranet.tse.jus.br/menu_servicos/processos_paralisados/sadp_tre.html .					
Quem mede	Coordenadoria de Assuntos Judiciários e Correicionais – COJUC					
Quando medir	Mensalmente					
Como medir	Fórmula: $100 - \{[(P_{pi} - P_{pf}) / P_{pi}] \times 100\}$, onde: Ppi: número de processos paralisados no início do período de referência; Ppf: número de processos paralisados no fim do período de referência. Obs.: considera-se processo paralisado os que estão sem andamento registrado há mais de 30 dias.					
Onde medir	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP).					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	80%	80%	90%	80%	90%	90%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	NA	NA	NA	NA	NA	NA

2.3.3.2. Indicador Estratégico: Celeridade na Prestação Jurisdicional de 2º Grau

Indicador de Apoio: Taxa de julgamento de processos de conhecimento de 2º grau					Peso (%)	ANE	AE	
						25		
Tipo	Eficiência		Polaridade	quanto maior melhor				
O que mede	O resultado global dos percentuais de julgamento dos processos de conhecimentos, exceto prestação de contas, autuados no 2º grau.							
Para que medir	Avaliar o índice de julgamento de processos de conhecimento distribuídos no ano corrente e em anos anteriores, no plenário do Tribunal.							
Quem mede	Secretaria Judiciária							
Quando medir	Mensalmente							
Como medir	Fórmula: $[(Pnj - Pj) / Pnj] \times 100$, onde: Pnj: número total de processos de conhecimento não julgados geral (sem período determinado); Pj: número de processos de conhecimento julgados no período.							
Onde medir	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP).							
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
	75%	80%	85%	90%	90%	90%		
Histórico	2010		2011		2012		2013	2014
	-		-		-		-	-

Indicador de Apoio: Taxa de julgamento de prestação de contas no 2º grau					Peso (%)	ANE	AE	
						30		
Tipo	Eficiência		Polaridade	quanto maior melhor				
O que mede	O resultado global dos percentuais de julgamento dos processos de prestação de contas, autuados no 2º grau.							
Para que medir	Avaliar o índice de julgamento de processos de prestação de contas existentes no 2º grau.							
Quem mede	Secretaria Judiciária							
Quando medir	Mensalmente							
Como medir	Fórmula: $(PPnj - PPj) / PPnj \times 100$, onde: PPnj: número total de processos de prestação de contas não julgados geral (sem período determinado); PPj: número de processos de prestação de contas julgados no período							
Onde medir	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP).							
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
	75%	80%	85%	90%	90%	90%		
Histórico	2010		2011		2012		2013	2014
	NA		NA		NA		NA	NA

Indicador de Apoio: Taxa de congestionamento de processos no 2º grau				Peso (%)	ANE	AE
					25	
Tipo	Eficiência	Polaridade	quanto menor melhor			
O que mede	A relação entre processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento no 2º grau de jurisdição.					
Para que medir	Avaliar a capacidade de atendimento da demanda de processos judiciais que ingressaram no 2º grau de jurisdição, de modo a verificar a efetividade da prestação jurisdicional no período.					
Quem mede	Secretaria Judiciária					
Quando medir	Anualmente					
Como medir	Fórmula: $TC1^\circ = \{1 - [T\text{Baix}2^\circ / (CN2^\circ + CP2^\circ)]\} \times 100$, onde: Tbaix: total de processos baixados no 2º grau no período de referência; CN: total de casos novos no período de referência; CP: total de casos pendentes no período de referência.					
Onde medir	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP).					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	20%	25%	20%	30%	20%	25%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	9%	28%	71%	-8%	38%	

Indicador de Apoio: Taxa de celeridade na tramitação dos processos de 2º grau				Peso (%)	ANE	AE
					20	
Tipo	Eficiência	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O percentual de processos de 2º grau paralisados há mais de 30 dias.					
Para que medir	Avaliar a celeridade da tramitação processual no 2º grau, mediante atuação nos processos paralisados há mais de 30 dias que estão identificados no portal da CGE/TSE: http://intranet.tse.jus.br/menu_servicos/processos_paralisados/sadp_tre.html .					
Quem mede	Secretaria Judiciária					
Quando medir	Mensalmente					
Como medir	Fórmula: $100 - \{[(P_{pi} - P_{pf}) / P_{pi}] \times 100\}$, onde: Ppi: número de processos paralisados no início do período de referência; Ppf: número de processos paralisados no fim do período de referência.					
Onde medir	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP).					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	80%	80%	85%	90%	95%	90%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	NA	NA	NA	NA	NA	NA

2.3.4. Ações e Projetos Relacionados ao Macrodesafio: Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Ação/Projeto	Prazo	Responsável
Atualização do Manual de Práticas Cartorárias	dez/2015	COFIC/COJUC – CRE
Manual consolidado de normas judiciais eleitorais	dez/2015	COJUC-CRE

3. Perspectiva: Recursos

3.1. Macrodesafio: Melhoria da Gestão de Pessoas

3.1.1. Descrição do Macrodesafio

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

3.1.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio

Indicador Estratégico	Indicador de Apoio	Peso (%)	
		ANE	AE
Governança de Pessoal	iGovPessoas TCU	100	
Clima Organizacional	Índice de execução das ações para melhoria do Clima Organizacional	50	
	Clima Organizacional	50	
Liderança	Índice de Desempenho Gerencial (IDG)	100	
Capacitação	Grau de impacto das ações de capacitação	40	
	Índice de Servidores capacitados com base no PDI	30	
	Índice de Execução do PAC	30	

3.1.3.1. Indicador Estratégico: Governança de Pessoas

Indicador de Apoio: iGov Pessoas TCU				Peso (%)	ANE	AE
					100	
Tipo	Excelência	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O grau de atendimento integral dos itens do iGovPessoas.					
Para que medir	Conhecer e avaliar o estágio de maturidade da governança em gestão de pessoas no TRE-MA.					
Quem mede	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) – Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)					
Quando medir	Anualmente					
Como medir	(iGovPesA / TiGovPes) x 100, onde: iGovPesA: Total de itens do iGovPessoas atendidos integralmente TiGovPes: Total de itens do iGovPessoas Obs.: caso o TCU tenha consolidado as respostas por componente, mensurar da seguinte forma: somando o percentual obtido em cada componente, dividido pelo número de componentes.					
Onde medir	No relatório do Questionário do SEDEO.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	60%	-	80%	-	100%	-
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	43,7%	-	

3.1.3.2. Indicador Estratégico: Clima Organizacional

Indicador de Apoio: Índice de execução de ações para melhoria do clima organizacional				Peso (%)	ANE	AE
					50	
Tipo	Execução	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O grau de investimento da organização na melhoria do clima organizacional.					
Para que medir	Verificar se há efetiva gestão do clima organizacional.					
Quem mede	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) – Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)					
Quando medir	Semestralmente					
Como medir	(Quantidade de ações realizadas ÷ quantidade de ações planejadas) x 100					
Onde medir	A medição é realizada por meio do cotejamento das ações previstas no Plano de Gestão do Clima, autorizado pelo Comitê Gestor do Clima e publicado na intranet do TRE-MA, com os dados e informações de execução das ações registradas em procedimentos administrativos.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	EC	EC	EC	EC	EC	EC
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	-	-	

Indicador de Apoio: Clima Organizacional				Peso (%)	ANE	AE
				50		
Tipo	Excelência	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	A percepção do corpo funcional quanto às dimensões estabelecidas que causam impacto na motivação e produtividade no trabalho.					
Para que medir	Subsidiar melhorias e ações corretivas nas dimensões que causam impacto negativo.					
Quem mede	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) – Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)					
Quando medir	Bianualmente					
Como medir	Instrumento de Pesquisa de Clima Organizacional definido pela SGP do TRE-MA A medição deve analisar dados indicativos do grau de satisfação, entendimento, envolvimento e aderência dos servidores sobre 10 dimensões ligadas à dinâmica da organização: <ol style="list-style-type: none"> 1. O trabalho em si/ a relação com o trabalho; 2. Ambiente corporativo e as condições de trabalho; 3. Comunicação Interna; 4. Reconhecimento; 5. Benefícios; 6. Relacionamento Interpessoal; 7. Liderança; 8. Identificação com a Justiça Eleitoral/ comprometimento; 9. Carreira; 10. Satisfação geral. 					
Onde medir	Diagnóstico da Pesquisa de Clima.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	EC	80%	EC	85%	EC	90%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	74,82%	-	-	73,09%	-	

3.1.3.3. Indicador Estratégico: Liderança

Indicador de Apoio: Índice de Desempenho Gerencial (IDG)				Peso (%)	ANE	AE
				100		
Tipo	Excelência	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O percentual de gestores (Chefes de Seção, Coordenadores, Secretários, Assessores e Diretor-Geral) que alcançarem a média mínima na Avaliação Gerencial.					
Para que medir	Para aferir o desempenho gerencial dos servidores do TSE.					
Quem mede	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) – Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)					
Quando medir	Bianualmente, iniciando a 1ª medição em 2015, após a avaliação de Gestão por Competências.					
Como medir	(Quantidade de gestores que alcançaram a meta do IDGI / quantidade de gestores avaliados) x 100 $IDGI = \frac{\sum \text{das médias de cada competência avaliada}}{\text{quantidade de competências}}$ IDGI: índice de desenvolvimento gerencial individual.					
Onde medir	A medição será feita com o auxílio do Sistema de Avaliações criado para esse fim pela Seção de Desenvolvimento – STI.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	EC	EC	EC	EC	EC	EC
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	-	-	

3.1.3.4. Indicador Estratégico: Capacitação

Indicador de Apoio: Grau de Impacto das Ações de Capacitação				Peso (%)	ANE	AE
					40	
Tipo	Efetividade	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O grau de impacto da capacitação no desempenho do trabalho desenvolvido pelo servidor.					
Para que medir	Avaliar o grau de efetividade da capacitação.					
Quem mede	Seção de Capacitação (SECAP) – COEDE – SGP					
Quando medir	6 meses após o término do curso					
Como medir	(Avaliações positivas / nº de avaliações respondidas) x 100, onde: Obs.: Avaliação positiva = 60% das respostas do questionário avaliativo, que possuem conceito de 3 a 6					
Onde medir	Na sua respectiva unidade de lotação o servidor responderá a ficha de avaliação disponibilizada na <i>intranet</i> .					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	EC	EC	50%	50%	50%	50%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	-	-	-

Indicador de Apoio: Índice de servidores capacitados com base no Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)				Peso (%)	ANE	AE
					30	
Tipo	Eficácia	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O percentual de servidores capacitados de acordo com o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).					
Para que medir	Para mensurar a capacitação realizada com base no PDI .					
Quem mede	Seção de Capacitação (SECAP) – COEDE – SGP					
Quando medir	Trimestralmente					
Como medir	Fórmula: $(TSCapPDI / TSCap) \times 100$, onde: TSCapPDI: Total de servidores capacitados com base no PDI; TSCap: Total de servidores capacitados. Obs.: Essa fórmula será revisada em 2019, período previsto para a realização de capacitações com base no PDI.					
Onde medir	Nos registros de controle da SECAP.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	EC	EC	EC	EC	50%	60%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	-	-	-

Indicador de Apoio: Índice de execução do PAC				Peso (%)	ANE	AE
					30	
Tipo	Execução	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	A realização dos eventos propostos no PAC, com base no PDI.					
Para que medir	Avaliar a priorização dada à realização de capacitações previstas no PAC, com base no PDI.					
Quem mede	Seção de Capacitação (SECAP) – COEDE – SGP					
Quando medir	Trimestralmente					
Como medir	<p>Fórmula: $(IAPAC / TI) \times 100$, onde: IAPAC: Itens atendidos do Plano Anual de Capacitação; TI: Total de itens.</p> <p>Obs.: No período compreendido entre 2015 e 2018 o PAC será elaborado apenas com base nas demandas apresentadas pelos gestores das unidades do Tribunal. Somente a partir de 2019 será elaborado em conformidade com os Planos de Desenvolvimento Individual (PDIs).</p>					
Onde medir	Registros de controle da SECAP.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	75%	85%	95%	100%	100%	

3.1.4. Ações e Projetos Relacionados ao Macrodesafio: Melhoria da Gestão de Pessoas

Ação/Projeto	Prazo	Responsável
Descrever as Competências Gerenciais considerando níveis de complexidade, utilizando-as para definir as capacitações de gestores, observando ainda as recomendações dos órgãos de controle	jan/2015	COEDE-SGP
Definir procedimento para cursos introdutórios, ambientação e integração de novos colaboradores e gestores	jan/2015	COEDE-SGP
Divulgar e monitorar o Código de Ética	jul/2015	COEDE-SGP
Elaborar, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar processo de seleção de gestores baseados em competências, bem como critérios/diretrizes para o avaliação e desenvolvimento de gestores do TRE-MA, vinculada ao alcance dos resultados da unidade/organização, resguardando a transparência e a imparcialidade do sistema	jul/2015	COEDE-SGP
Criar mecanismos que garantam e incentivem a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta	jul/2015	COEDE-SGP
Revisar avaliação de Competências da própria SGP	jul/2015	COEDE-SGP

Ação/Projeto	Prazo	Responsável
Revisar, submeter ao Conselho Gestor e implantar modelo de Gestão por Competências (mais integrada em toda a COEDE)	jul/2015	COEDE-SGP
Melhorar a avaliação das Capacitações e ações de desenvolvimento, verificando se reduziram/eliminaram as lacunas de competências identificadas	jul/2015	COEDE-SGP
Avaliar a execução do PAC - Plano Anual de Capacitação, verificando se os objetivos e resultados esperados foram alcançados	jan/2016 jan/2017 jan/2018 jan/2019 jan/2020	COEDE-SGP
Definir, documentar e divulgar modelo para estabelecer parcerias entre a SGP e as demais unidades da organização	jul/2015	COEDE-SGP
Definir e documentar rotina/sistemática para identificar possíveis acumulações de cargos, empregos e funções públicas em desconformidade com a legislação e as acumulações permitidas pela legislação, bem como verificar a compatibilidade dos horários de trabalho dos colaboradores, inclusive os vínculos com a iniciativa privada	set/2015	COPES-SGP
Instituir processo que permita identificar as pessoas que exercem funções-chave no processo de aquisições que também exerçam atividade privada, o que pode gerar conflito de interesses, bem como a revisão de antecedentes (e.g., antecedentes funcionais, disciplinares, criminais) antes de assumirem as funções-chave da área de aquisições	set/2015	COPES-SGP
Definir o procedimento de acompanhamento de colaboradores de baixo desempenho, propondo ações para melhorar o desempenho desses colaboradores	dez/2015	COEDE-SGP
Definir sistemática para verificar se as avaliações de desempenho refletem o desempenho efetivo dos avaliados	dez/2015	COEDE-SGP
Instituir Comissão para atualizar o Código de Ética, tornando-o aplicável aos membros dos conselhos ou colegiados superiores	dez/2015	COEDE-SGP
Dar transparência ao processo de seleção de membros do colegiado superior com a identificação das características e competências desejáveis ou necessárias, os critérios de seleção e o processo de escolha.	dez/2015	COPES-SGP
Criar Manual de Gestão de Pessoas que contenha, entre outros: a definição e a distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão de pessoas com foco na obtenção de resultados organizacionais	jan/2016	COEDE-SGP
Elaborar, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar diretrizes relativas à Gestão de Pessoas, monitorando seu cumprimento.	jan/2016	COEDE-SGP

Ação/Projeto	Prazo	Responsável
Estabelecer melhores canais de comunicação com a SGP (Fale com a SGP!), documentar e divulgar.	jan/2016	COEDE-SGP
Criar, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar a Política de retenção de servidores, monitorando seu cumprimento.	jan/2016	COEDE-SGP
Criar processo de desenvolvimento para gestores substitutos	jan/2016	COEDE-SGP
Implantar indicadores de gestão relacionados ao ambiente de trabalho, tais como: índice de rotatividade, horas extras per capita, utilização de licenças médicas, ações disciplinares, resultado de entrevistas de desligamento, índice de absenteísmo, foco do uso de licença capacitação, projeções de aposentadoria etc.	jan/2016	COEDE-SGP
Elaborar, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar normativo referente à alocação e movimentação interna de servidores, bem como o processo de avaliação das atividades de recrutamento e seleção, utilizando como base a gestão por competências e observando as recomendações dos órgãos de controle	jan/2016	COEDE-SGP
Elaborar, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar Política de incentivo, reconhecimento e recompensas no TRE-MA	jan/2016	COEDE-SGP
Elaborar proposta, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar Política de Gestão da Qualidade de Vida no TRE-MA	jan/2016	COEDE-SGP
Realizar Pesquisa de Clima Organizacional	jun/2016, jun/2018 e jun/2020	COEDE-SGP
Elaborar processo, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar critérios de seleção de membros da Alta Administração e Conselhos	jul/2016	COEDE-SGP
Melhoria do Planejamento Anual de Gestão de Pessoas	jul/2016	COEDE-SGP
Revisar, melhorar, documentar e executar melhor ações de desenvolvimento da equipe da própria SGP	jul/2016	COEDE-SGP
Sistematizar prática de identificação de melhores práticas de gestão de pessoas no ambiente externo	jul/2016	COEDE-SGP
Divulgar e publicizar o Programa Gestão por Competências	jul/2016	COEDE-SGP
Criar Planejamento Estratégico da SGP/Criar Plano de Riscos para a SGP/ Definir Controles em Gestão de Pessoas	jul/2016	COEDE-SGP
Planejar a implantação da Gestão do Conhecimento	jul/2016	COEDE-SGP
Treinar todos os membros da alta administração e demais gestores em gestão de desempenho	dez/2016	COEDE-SGP
Elaborar, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar diretrizes de Gestão do Conhecimento Organizacional, bem como treinar a força de trabalho em relação ao compartilhamento e difusão do conhecimento, monitorando seu cumprimento	jul/2017	COEDE-SGP

Ação/Projeto	Prazo	Responsável
Definir metas de desempenho individuais e/ou de equipes alinhadas com as metas das unidades, especialmente para os membros da alta administração	ago/2017	COEDE-SGP e COPEG
Elaborar, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar, processo de avaliação de desempenho dos colaboradores vinculada ao alcance dos resultados da unidade/organização, resguardando a transparência e a imparcialidade do sistema	set/2017	COEDE-SGP
Capacitar 100% dos fiscais e gestores de contrato para as atividades de fiscalização e gestão de contratos antes de assumirem o encargo pela primeira vez	nov/2017	COEDE-SGP

3.2. Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Custos

3.2.1. Descrição do Macrodesafio

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

3.2.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio

Indicador Estratégico	Indicador de Apoio	Peso (%)	
		ANE	AE
Governança de Aquisições	Índice de Governança de Aquisições do TCU	40	
	Índice de aderência ao Plano Anual de Aquisições	30	
	Índice de agilidade dos processos de aquisição de bens e serviços	30	
Gestão Orçamentária	Índice de Aderência Orçamentária	100	

3.2.3. Fichas dos Indicadores

3.2.3.1. Indicador Estratégico: Governança de Aquisições

Indicador de Apoio: Índice de Governança de Aquisições do TCU				Peso (%)	ANE	AE
					40	
Tipo	Excelência	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O cumprimento dos itens de execução dos itens de governança das aquisições.					
Para que medir	Avaliar o cumprimento das ações propostas no diagnóstico da governança das aquisições do TCU, com a finalidade de aperfeiçoar as práticas de gestão das aquisições no âmbito do TRE/MA.					
Quem mede	Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP) – Secretaria de Administração e Finanças (SAF)					
Quando medir	Anualmente					
Como medir	Fórmula: $(Icga / Itcg) \times 100$, onde: Icga: número de itens de controle de governança das aquisições atendidos; Itcg: número total de itens de controle de governança das aquisições.					
Onde medir	Mediante verificação de atendimento aos itens de controle de governança das aquisições definidos pela SAF, com base no levantamento do Perfil de Governança das Aquisições realizado pelo TCU.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	EC	EC	EC	EC	EC	EC
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	NA	NA	NA	NA	NA	

Indicador de Apoio: Índice de aderência ao Plano Anual de Aquisições				Peso (%)	ANE	AE
					30	
Tipo	Execução	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O percentual de aquisições previstas no Plano Anual de Aquisições efetivadas no período estimado.					
Para que medir	Avaliar a capacidade de cumprimento do Plano Anual de Aquisições, de modo a identificar necessidades de melhoria na gestão das aquisições.					
Quem mede	Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP) – Secretaria de Administração e Finanças (SAF)					
Quando medir	Anualmente					
Como medir	Fórmula: $(Aep / Ap) \times 100$, onde: Aep: número de aquisições efetivadas no período estimado; Ap: número de aquisições planejadas.					
Onde medir	Sistemas PAD e PadLog. Consideram-se aquisições efetivadas aquelas cujo contrato foi celebrado antes do final do período estimado para aquisição previsto no Plano Anual de Aquisições.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	EC	EC	EC	EC	EC	EC
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	-	-	

Indicador de Apoio: Índice de agilidade dos processos de aquisição de bens e serviços				Peso (%)	ANE	AE
					30	
Tipo	Eficiência	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O percentual de processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, considerado o tempo decorrido entre a data de processamento do TR no PAD e a data de homologação no COMPRASNET.					
Para que medir	Mensurar o nível de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços no PAD, com vistas a identificar oportunidades de melhoria na gestão dos referidos processos.					
Quem mede	Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP) – Secretaria de Administração e Finanças (SAF)					
Quando medir	Trimestralmente					
Como medir	<p>Fórmula: $\sum_{i=1}^n (Pafp / Pat) \times 100$, onde:</p> <p>Pafp: número de processos de aquisição finalizados no tempo padrão no período; Pat: número total de processos de aquisição em tramitação no período; n: tipos de processos de aquisição no PAD.</p>					
Onde medir	<p>Sistema PAD, considerando-se os seguintes prazos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 120 dias úteis, para concurso e concorrências dos tipos empreitada integral, técnicas ou técnica e preço; • 105 dias úteis, para demais concorrências e tomadas de preços dos tipos técnica e técnica e preços; • 60 dias úteis para demais tomadas de preços; • 60 dias úteis para convite e pregão. <p>No decorrer do procedimento licitatório, sempre que for impetrado pedido de esclarecimento, recurso, impugnação ou outro ato de natureza similar, acrescer à contagem dos prazos: 20 dias úteis para concorrência e concurso; 15 dias úteis para tomada de preço; 10 dias úteis para carta convite e pregão; e 05 dias úteis para dispensa e inexigibilidade.</p>					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	60%	65%	70%	80%	90%	95%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	NA	85%	72%	45%	54%	

3.2.3.2. Indicador Estratégico: Gestão Orçamentária

Indicador de Apoio: Índice de Aderência Orçamentária				Peso (%)	ANE	AE
					100	
Tipo	Execução	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	A relação entre montante executado e montante planejado em cada plano interno (PI), referente às despesas discricionárias previstas na proposta orçamentária deste TRE-MA.					
Para que medir	Avaliar o grau de aderência da execução orçamentária ao planejamento orçamentário formulado pelas diversas unidades gestoras deste Tribunal.					
Quem mede	Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COFIN) – Secretaria de Administração e Finanças (SAF)					
Quando medir	Anualmente					
Como medir	(TEPO / ROA) x 100, onde: TEPO: Total executado em acordo com a programação orçamentária; ROA: Recursos Orçamentários alocados no SIGEPRO. Obs. 1: Serão considerados os recursos orçamentários alocados no SIGEPRO após o fechamento da proposta orçamentária no sistema. Obs. 2: Não são considerados nos cálculos as despesas com Pessoal, Benefícios e créditos reabertos no exercício subsequente.					
Onde medir	SIGEPRO, SIAFI E TESOURO GERENCIAL.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	72%	74%	76%	78%	79%	80%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
			70,4%	50,1%	70,0%	

3.2.4. Ações e Projetos Relacionados ao Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Custos

Ação/Projeto	Prazo	Responsável
Utilizar a cotação eletrônica de preços através do site do COM-PRASNET (IN MPOG nº 5)	jul/2015	COMAP-SAF
Criar um Plano de Logística Sustentável	set/2015	SAF e Comissão Ambiental
Elaborar, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar a política de gestão de riscos das aquisições e contratações, bem como implantar o plano.	set/2015	COMAP-SAF
Regulamentar a lista de verificação dos itens que envolvem o recebimento do objeto da contratação.	set/2015	COMAP-SAF
Apresentar nas RAEs a lista das unidades do TRE-MA em que tramitam os processos de aquisição, detalhando o respectivo tempo de movimentação em ordem decrescente.	set/2015	COMAP-SAF
Revisar, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar a atualização do PIC – Plano Integrado de Contratações	nov/2015	COMAP-SAF
Incluir no planejamento anual das contratações a identificação de todas as partes da solução necessárias ao atendimento da necessidade que motivou a contratação	nov/2015	COMAP-SAF

Ação/Projeto	Prazo	Responsável
Normatizar o processo de trabalho da elaboração da proposta orçamentária anual	jan/2016	COFIN-SAF
Elaborar, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar objetivos da gestão de aquisições, estabelecendo indicadores e metas, bem como mecanismos de gestão de riscos.	mar/2016	COMAP-SAF
Aperfeiçoar a política de compras, estabelecendo políticas de estoque	mar/2016	COMAP-SAF
Mensurar a execução do orçamento por unidade administrativa	jan/2017	COFIN-SAF
Divulgar na internet, sendo facilmente acessada, a execução orçamentária de TI, ao longo do exercício	jan/2017	COFIN-SAF
Revisar o processo de planejamento das contratações de TI, melhorando-o com base nas mensurações obtidas	abr/2017	COMAP-SAF e STI
Elaborar o manual da gestão de contratos	mai/2017	COMAP-SAF
Instituir processo de gestão de contratos de TI, para que sejam acompanhados por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas	mai/2017	COMAP-SAF e STI
Revisar o processo de gestão de contratos de TI, melhorando-o com base nas mensurações obtidas	mai/2019	COMAP-SAF e STI
Publicar na internet o planejamento anual das contratações.	abr/2015	COMAP-SAF
	dez/2015	
	dez/2016	
	dez/2017	
	dez/2018	
	dez/2019	
	dez/2020	

3.3. Macrodesafio: Instituição da Governança Judiciária

3.3.1. Descrição do Macrodesafio

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais e próprias de cada segmento de justiça, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos da justiça e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

3.3.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio

Indicador Estratégico	Indicador de Apoio	Peso (%)	
		ANE	AE
Governança Corporativa	Índice de Governança Corporativa (TCU)	80	
	Índice de maturidade em Gestão de Riscos (TCU)	20	

3.3.3. Fichas dos Indicadores

3.3.3.1. Indicador Estratégico: Governança Corporativa

Indicador de Apoio: Índice de Governança Corporativa				Peso (%)	ANE	AE
					60	
Tipo	Excelência	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O atendimento aos itens de controle associados às práticas de governança corporativa recomendadas pelo TCU.					
Para que medir	Conhecer e avaliar o estágio de maturidade em governança pública na Justiça Eleitoral do Maranhão, de modo a induzir a autoavaliação periódica e orientar a proposição de ações voltadas para o aperfeiçoamento do atual modelo de governança.					
Quem mede	Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG)					
Quando medir	Anualmente					
Como medir	(Igca / Igc) x 100, onde: Igca: número de itens de controle de governança corporativa atendidos; Igc: número total de itens de controle de governança corporativa.					
Onde medir	Mediante verificação de atendimento aos itens de controle das práticas de governança corporativa definidas pela Diretoria-Geral, validadas pelo Comitê Gestor e homologadas pela Presidência, com base no referencial de governança aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública adotado pelo TCU, disponível em http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/governanca/entendendo_governanca/referencial .					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	EC	EC	EC	EC	EC	EC
Histórico	2010	2011	2012		2013	2014
	-	-	-		-	-

Indicador de Apoio: Índice de maturidade em Gestão de Riscos					Peso (%)	ANE	AE												
20																			
Tipo	Excelência	Polaridade	quanto maior melhor																
O que mede	O nível de maturidade da Justiça Eleitoral do Maranhão em gestão de riscos.																		
Para que medir	Conhecer e avaliar o estágio de maturidade da gestão de riscos na Justiça Eleitoral do Maranhão, de modo a propiciar e detectar boas práticas em gestão de risco, bem como aspectos da gestão que demandam aperfeiçoamento.																		
Quem mede	Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG)																		
Quando medir	Anualmente																		
Como medir	<p>Aplicando-se o "Questionário para Avaliação de Maturidade Organizacional em Gestão de Riscos" do TCU, que considera 4 dimensões da gestão de riscos (Ambiente; Processos; Parcerias; e Resultados). Calculados os índices de maturidade nas quatro dimensões em percentual, o índice de maturidade em gestão de riscos é obtido aplicando-se a média ponderada das quatro dimensões com base nos seguintes pesos: Ambiente = 30%; Processos = 40%; Parcerias = 10%; e Resultados = 20%. O índice global derivado desse cálculo permite classificar o nível de maturidade da organização em uma das cinco faixas:</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th>Nível de maturidade</th> <th>Índice Apurado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Inicial</td> <td>De 0% a 20%</td> </tr> <tr> <td>Básico</td> <td>De 20,1% a 40%</td> </tr> <tr> <td>Intermediário</td> <td>De 40,1% a 60%</td> </tr> <tr> <td>Aprimorado</td> <td>De 60,1% a 80%</td> </tr> <tr> <td>Avançado</td> <td>De 80,1% a 100%</td> </tr> </tbody> </table>							Nível de maturidade	Índice Apurado	Inicial	De 0% a 20%	Básico	De 20,1% a 40%	Intermediário	De 40,1% a 60%	Aprimorado	De 60,1% a 80%	Avançado	De 80,1% a 100%
Nível de maturidade	Índice Apurado																		
Inicial	De 0% a 20%																		
Básico	De 20,1% a 40%																		
Intermediário	De 40,1% a 60%																		
Aprimorado	De 60,1% a 80%																		
Avançado	De 80,1% a 100%																		
Onde medir	Aplicando-se o questionário para avaliação de maturidade organizacional em gestão de riscos no âmbito das secretarias do TRE.																		
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020													
	EC	EC	EC	EC	EC	EC													
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014														
	-	-	-	-	-														

3.3.4. Ações e Projetos Relacionados ao Macrodesafio: Instituição da Governança Judiciária

Ação/Projeto	Prazo	Responsável
Instituir plano de comunicação do plano estratégico	mai/2015	SEPLA-COPEG
Elaborar, apresentar ao Conselho Gestor, publicar e divulgar a metodologia de melhoria/transformação de Processos organizacionais	mai/2015	EPO-COPEG
Elaborar, publicar e divulgar a metodologia de gestão do dia-a-dia	jun/2015	EPO-COPEG
Elaborar, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar política corporativa de gestão de riscos	set/2015	COPEG
Elaborar e submeter ao Conselho Gestor relatório do que não está em conformidade com as recomendações/determinações de órgãos de controle e superior, indicando o que precisa ser feito para que haja essa conformidade	set/2015	COPEG
Reestruturação da Secretaria e Corregedoria do TRE-MA e revisão do Regulamento Interno	dez/2015	Presidência
Atualizar a Carta de serviços do TRE-MA (1º e 2º Grau) e instituir processo de gerenciamento desse catálogo de serviços	dez/2015	ASCOM e Ouvidoria
Elaborar, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar plano de gestão de riscos	dez/2015	COPEG
Instituir processo para classificação e tratamento de informações e implementar controles para garantir a proteção adequada ao grau de confidencialidade de cada classe de informação	dez/2015	COGIN-SAF
Elaborar, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar a Política de Segurança da Informação do TRE-MA	dez/2015	STI e COGIN-SAF
Divulgar na internet, sendo facilmente acessadas, informações sobre o acompanhamento e desempenho do Plano Estratégico ao longo do exercício	jan/2016	SEPLA-COPEG
Instituir modelo e processo de Governança do TRE-MA, observando as recomendações dos órgãos de controle	abr/2016	COPEG
Elaborar, apresentar ao Conselho Gestor, instituir, publicar e divulgar o Banco de Ideias	abr/2016	COPEG
Avaliar a satisfação das partes interessadas com as informações providas na internet (em cada espaço específico, inclusive no portal da transparência)	mai/2016	ASCOM
Elaborar, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar processo de gestão de riscos de segurança da informação	set/2016	COGIN-SAF
Assegurar que decisões, estratégias, políticas, programas, projetos, planos, ações, serviços e produtos de responsabilidade da organização atendam ao maior número possível de partes interessadas, de modo balanceado	fev/2017	Presidência
Implantar perfil social em mais redes sociais com a finalidade de descobrir e atender às necessidades do cidadão/cliente	abr/2017	ASCOM

Ação/Projeto	Prazo	Responsável
Monitorar e avaliar a imagem da organização perante as partes interessadas, em especial a confiança, implementando ações de melhoria com base nos resultados das avaliações	abr/2017	ASCOM
Definir, implantar, monitorar e avaliar diretrizes de relacionamento com a mídia, organizações de controle e outras organizações	jun/2017	ASCOM e COPEG
Implementar as diretrizes e as especificações dos Padrões de Interoperabilidade de página 12/13 Governo Eletrônico – ePING, previsto no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro, nos serviços acessíveis via internet	set/2017	WEB-ASCOM
Elaborar, apresentar ao Conselho Gestor, publicar e divulgar a política corporativa de gestão de continuidade do negócio	out/2017	COPEG
Revisar modelo e processo de Governança do TRE-MA, observando a participação social (p. ex., planejamento e orçamento participativo, envolvimento da sociedade civil organizada, controle social).	abr/2018	COPEG
Estabelecer mecanismos de atuação conjunta, entre organizações, com vistas a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas transversais, multidisciplinares e/ou descentralizadas	abr/2019	COPEG
Encaminhar ao Conselho Gestor os resultados das atividades internas de controle e as recomendações dos trabalhos de auditoria que se referem às ações ou omissões da alta administração, para determinar as providências necessárias e monitorar o devido cumprimento.	de 2015 a 2020	Presidente
Instituir mecanismo para compartilhamento de "Melhores Práticas"	nov/2016 nov/2018 nov/2020	COPEG
Instituir pesquisa de satisfação do atendimento da Ouvidoria	mar/2017	Ouvidoria

3.4. Macrodesafio: Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC

3.4.1. Descrição do Macrodesafio

Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

3.4.2. Indicadores Estratégicos e de Apoio

Indicador Estratégico	Indicador de Apoio	Peso (%)	
		ANE	AE
Governança de TIC	iGovTIC TCU	100	
Disponibilidade de TIC	Índice de atendimento às demandas por informatização de processos	30	
	Índice de Disponibilidade de Sistemas Essenciais de TIC	40	
	Disponibilidade da rede de comunicação de dados de interligação das ZEs	30	

3.4.3. Fichas dos Indicadores

3.4.3.1. Indicador Estratégico: Governança de TIC

Indicador de Apoio: iGovTIC TCU				Peso (%)	ANE	AE
					100	
Tipo	Excelência	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O nível de maturidade em governança de TIC.					
Para que medir	Avaliar o grau de adoção de boas práticas de governança de TIC para assegurar que a tecnologia da informação agregue valor ao negócio do TRE-MA.					
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)					
Quando medir	Bianualmente					
Como medir	(iGovTICa / TiGovTIC) x 100, onde: iGovTICa: Total de itens do iGovTIC atendidos integralmente TiGovTIC: Total de itens do iGovTIC Obs.: caso o TCU tenha consolidado as respostas por componente, mensurar da seguinte forma: somando o percentual obtido em cada componente, dividido pelo número de componentes.					
Onde medir	Relatório do Questionário iGovTIC do TCU.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	65%	-	70%	-	80%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	59%	-	53%	

3.4.3.2. Indicador Estratégico: Disponibilidade de TIC

Indicador de Apoio: Índice de atendimento às demandas por informatização de processos				Peso (%)	ANE	AE
					20	
Tipo	Execução	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	O percentual de demandas consideradas tecnicamente viáveis atendidas por um sistema disponibilizado pela TI.					
Para que medir	Avaliar se as demandas por informatização estão sendo analisadas e atendidas.					
Quem mede	Coordenadoria de Infraestrutura e Sistemas (COINF) – Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)					
Quando medir	Semestralmente					
Como medir	Fórmula: $(DA / ND) \times 100$, onde: DA: número de demandas por informatização de processos atendidas; ND: número total de demandas por informatização de processos.					
Onde medir	Controles de gerenciamento do desenvolvimento de soluções corporativas adotados pela STI.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	50%	52%	54%	56%	58%	60%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	-	-	

Indicador de Apoio: Índice de Disponibilidade de Sistemas Essenciais de TIC				Peso (%)	ANE	AE
					40	
Tipo	Eficácia	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	A disponibilidade dos sistemas que sustentam os serviços essenciais oferecidos pela TI.					
Para que medir	Minimizar as interrupções e buscar evolução no desempenho e capacidade da TI em suportar seus serviços.					
Quem mede	Coordenadoria de Infraestrutura e Sistemas (COINF) – Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)					
Quando medir	Trimestralmente					
Como medir	Fórmula: $[(TTP - TISE) / TTP] \times 100$, onde: TTP: Tempo total no período; TISE: Tempo de Indisponibilidade dos Sistemas Essenciais.					
Onde medir	A medição será realizada por software de monitoramento.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	94%	95%	96%	97%	98%	99%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	-	-	

Indicador de Apoio: Disponibilidade da rede de comunicação de dados de interligação das ZEs				Peso (%)	ANE	AE
					30	
Tipo	Eficácia	Polaridade	quanto maior melhor			
O que mede	A disponibilidade do link de comunicação entre o tribunal e as zonas eleitorais.					
Para que medir	Minimizar as interrupções da comunicação entre as zonas e a secretaria e garantir uma alta disponibilidade de acesso à rede interna da Justiça Eleitoral.					
Quem mede	Coordenadoria de Infraestrutura e Sistemas (COINF) – Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)					
Quando medir	Trimestralmente					
Como medir	Fórmula: $[(TTP - TIL) / TTP] \times 100$, onde: TTP: Tempo total no período; TIL: Tempo de Indisponibilidade do Link.					
Onde medir	A medição será realizada por software de monitoramento.					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	97,5%	98,5%	98,8%	99,0%	99,2%	99,4%
Histórico	2010	2011	2012	2013	2014	
	-	-	-	-	-	-

3.4.4. Ações e Projetos Relacionados ao Macrodesafio: Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC

Ação/Projeto	Prazo	Responsável
Instituir e executar processo de software	jun/2015	COINF-STI
Atualizar, publicar e divulgar catálogo com informações atualizadas sobre cada um dos sistemas informatizados	set/2015	COINF-STI
Apresentar o resultado da implantação do PAD e propor ao Conselho Gestor que seja designado formalmente responsáveis da área de negócio para a gestão dos respectivos sistemas informatizados	set/2015	COINF-STI
Elaborar, submeter ao Conselho Gestor, publicar e divulgar o Plano de Gestão de Riscos de TI	dez/2015	GABSTI
Alinhar o Plano Estratégico da TI (PETI) ao novo Plano Estratégico 2015-2020	dez/2015	GABSTI e COPEG
Instituir processo para acompanhar periodicamente o alcance das metas do PETI e o cumprimento do Plano Diretor de TI (PDTI), para correção de desvios	dez/2015	GABSTI
Divulgar e manter atualizado o portfólio de projetos de TI	mar/2016	COINF-STI
Elaborar, instituir, publicar e divulgar catálogo de serviços, bem como o devido processo de gerenciamento	jul/2016	COINF-STI
Instituir e executar processo de gerenciamento de problemas	nov/2016	GABSTI
Instituir e executar processo de monitoramento do uso dos recursos de TI, com objetivo de detectar atividades não autorizadas	nov/2016	COINF-STI

Ação/Projeto	Prazo	Responsável
Divulgar na internet, sendo facilmente acessadas, informações sobre o acompanhamento e desempenho do PETI e PDTI ao longo do exercício	nov/2016	GABSTI
Instituir e executar processo de gestão de vulnerabilidades técnicas de TI, com objetivo de reduzir o risco de exploração de vulnerabilidades conhecidas	mar/2017	COINF-STI
Instituir e executar processo de gerenciamento de projetos de TI, acompanhado por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo a cumprir	mar/2017	GABSTI
Revisar a identificação e mapeamento dos principais processos de negócio da TI	mai/2017	GABSTI
Instituir a avaliação de desempenho dos serviços de TI	jun/2017	GABSTI
Definir e instituir níveis de serviço entre a área de TI e as áreas clientes (Acordo de Nível de Serviço - ANS) e implementar ações corretivas em caso de não alcance dos níveis de serviço definidos	jul/2017	GABSTI
Instituir e executar processo de gestão de riscos de TI	nov/2017	GABSTI
Instituir processo de gerenciamento da continuidade dos serviços de TI	nov/2017	COINF-STI
Revisar e atualizar o processo de gerenciamento de projetos de TI, melhorando-o com base nas mensurações obtidas	nov/2017	COINF-STI
Instituir e executar processo de gerenciamento de liberação e implantação	abr/2018	COINF-STI
Instituir e executar processo de gestão de incidentes de segurança da informação	mai/2018	STI E COGIN-SAF
Constituir formalmente equipe de tratamento e resposta a incidentes de segurança em redes computacionais	mai/2018	COINF-STI
Instituir e executar processo de gestão de ativos, assegurando a definição de responsabilidades e a manutenção de inventário dos ativos	nov/2018	COINF-STI
Instituir e executar processo de gerenciamento de configuração e ativos	set/2019	COINF-STI
Divulgar na Internet, sendo facilmente acessadas, informações sobre gestão e uso de TI, atendendo aos princípios dos "Dados Abertos Governamentais" (http://dados.gov.br/dados-abertos)	nov/2019	GABSTI
Instituir e executar processo de gerenciamento de mudanças	nov/2019	COINF-STI

Estrutura Administrativa

Gustavo Adriano Costa Campos

Diretor-Geral

Amudsen da Silveira Bonifácio

Secretário de Administração e Finanças

Raimundo Mendonça Braga Filho

Secretário de Gestão de Pessoas

José Wagner Sales Ferreira

Secretário de Tecnologia da Informação

Francisco Chagas Rodrigues Pereira

Secretário Judiciário

Equipe Técnica

Karla de Faria Abdala

Coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão

Rafael Tiengo Corrêa

Gestor do Projeto

Clédina Francisca de Assis Lobato Reis

Lúcia Maria Gomes de Oliveira Chaves

Seção de Planejamento e Desenvolvimento

Franklin de Araújo Sousa

Seção de Pesquisa e Estatística

Samyr de Jesus Cutrim

Estagiário da COPEG

Design Gráfico

Lourival Osvaldo Campos

Mapa Estratégico

Natanael de Paula Sousa

Diagramação Original e Capa

